

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.350 - PE (2019/0358754-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : GERDEAN MOREIRA DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA NETO - CE009848
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **GERDEAN MOREIRA DE SOUSA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Consta dos autos que o recorrente teve a prisão preventiva decretada em 25/2/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nas razões recursais, a defesa sustenta, em suma, ausência de motivação idônea para a manutenção da prisão preventiva, não sendo fundamentação suficiente o fato do paciente ter permanecido preso durante a instrução do processo. Aduz, ainda, que os feitos criminais instaurados em face do paciente não induzem, necessariamente, à possibilidade de reiteração criminosa.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator